

Problemas de Publicidade

BENEDICTO SILVA

*Diretor da Divisão de Publicidade, do Serviço
Nacional de Recenseamento*

VI

A ESCOLA COMO INSTRUMENTO DE PROPAGANDA

Vários motivos, êstes de carater prático, aqueles de carater psicológico, outros de carater tático, provam, quando analisados, que, na organização atual da sociedade, nenhum outro agrupamento humano regular é capaz de contribuir, mais do que a escola, para o sucesso das campanhas de publicidade. Quando se trata de campanha movida em favor de algum empreendimento ou motivo nacional, que detenha o poder de ferir, ou de premir certas zonas emocionais da natureza humana, tais como a segurança do país o bem estar coletivo, o orgulho nacional, então a escola é um veículo particularmente apropriado.

Consistem os motivos de natureza prática, a que aludí, em dois fatos, a saber:

1.º Na escola ha sempre platéias numerosas em estado de expectativa;

2.º Tanto no seu próprio interêsse como no da disciplina, essas platéias devem e dão atenção aos professores, com os quais estão em contato auditivo direto, quasi diariamente, durante todo o período letivo.

Estas duas condições peculiares aos estabelecimentos de ensino convertem as salas de aulas em ambientes idealmente propícios à ação da propaganda.

Quanto ao lado psicológico, a questão repousa no fato de que a mente infantil e juvenil,

raramente contaminada pelo ceticismo esterilizante, atitude mental tão comum nas pessoas adultas, constitue terreno fértil para o florescimento de idéias generosas e para o cultivo dos elevados ideais de solidariedade humana. Outra razão, de certo modo sutil, é representada pela circunstância de que os jovens, em regra, carecem de espírito crítico desenvolvido, o que torna o trabalho de persuasão mais pronto e, por isso, menos dispendioso. Não se pode negar a relevância dêste aspecto, porque o bom êxito de qualquer propaganda depende, em grande parte, como já vimos, da repetição, o que força o emprego de frases simples e breves, de compreensão primária, ou de meros símbolos previamente associados à idéia central da campanha publicitária. Ora, a análise dos motes usados em campanhas de propaganda patenteia que a maioria deles não resiste sequer a críticas perfuntórias. Salvo raríssimas exceções, os motes de propaganda não têm nenhum poder convincente, porque apenas afirmam alguma coisa, mas não demonstram nada. Tomemos, por exemplo, dois dos motes de propaganda mais populares no Rio de Janeiro: "Café Globo, bom até a última gota" e "Use e abuse do Mate Leão". Estas frases se vulgarizaram entre nós, a ponto de figurarem no anedotário alegre da cidade, o que prova que elas conseguiram impressionar a imaginação popular. São elas convincentes? Têm qualquer poder demonstrativo? Não. Limitam-se apenas, como na grande maioria dos casos, a afirmar.

Carecem absolutamente de lastro lógico. Isso as torna automaticamente inativas ou inoperantes em relação aos espíritos céticos, que só se satisfazem quando a demonstração precede ou sucede a afirmativa. O "slogan" do "Café Globo" diz ao público que o produto é excelente, mas não diz porque. O do "Mate Leão" omite qualquer referência elogiosa direta, limitando-se a concitar, otimisticamente, o público a usar o produto e até a fazer uso impróprio do mesmo, porque **abusar** significa fazer uso impróprio. Estes dois exemplos reforçam as considerações emitidas, anteriormente, sobre a raridade dos bons "slogans" e sobre o caráter **emocional** (ilógico) dos motes de propaganda. De sorte que, quanto menos desenvolvido for o espírito crítico do público, tanto mais produtivo será um dado mote de propaganda. Seria muito mais difícil, por exemplo, convencer um adulto, mediante "slogans", da utilidade do recenseamento geral da população, do que um menor, admitindo-se que ambos fôssem normalmente desenvolvidos.

Mas quando se passa em revista as contribuições potenciais com que a escola é susceptível de concorrer para as campanhas de propaganda, os motivos de caráter tático preponderam sobre os demais. Em primeiro lugar, a propaganda feita por intermédio da escola tem mais probabilidade do que qualquer outra de **penetrar** na intimidade das famílias e de envolver — o que é mais interessante em se tratando de propaganda oficial — as camadas mais estaveis e "responsivas" da população. É fato de observação comum que os adultos que vivem em família e têm filhos, em regra, são mais radicados ao meio em que vivem, preocupam-se mais com o futuro e, conseqüentemente, são mais dispostos à participação ativa em todas as empresas que possam redundar em proveito da coletividade. O ambiente familiar propicia o cultivo dos bons costumes, apresenta, estimula e encarece o valor da cooperação, e está sempre franco ao trânsito das idéias construtivas. Pelo menos existe uma crença geral, já transformada em truismo, de que "a família é o cerne da nação". Levar a propaganda aos conselhos íntimos da família, si o objeto daquela for desinteressado e são, é torná-la desde logo vitoriosa. E si se conseguir captar o interesse da criança, na escola, é certo que se terá conseguido transmitir a propaganda ao seio da família.

A propaganda feita através de qualquer dos veículos usuais pode, em muitas hipóteses, não atingir sinão uma pequena parte do público a que é destinada. Si feita através do rádio, dela só tomará conhecimento, no caso do Brasil, a insignificante minoria que possui aparelhos receptores. Si feita através do jornal, todos os que não lêem jornais; ou porque não gostam, ou porque não sabem ler, ou por qualquer outro motivo, ficam além ou aquém de seu alcance. O cartaz, o cinema, a conferência, o folheto, o avulso também têm raio de ação restrito, mesmo quando usados concomitantemente.

Mas ainda que determinado cidadão esteja ao alcance de todos os veículos citados, ha probabilidades de que a propaganda não o atinja. O individuo pode ler jornais e revistas sem dar atenção aos anúncios, pode desligar o rádio, como frequentemente acontece, quando cessa a irradiação de música e o "speaker" começa a dizer maravilhas sobre o produto tal, pode ignorar os cartazes, pode fugir às léguas das conferências, pode deixar de olhar para a tela cinematográfica no momento em que um filme de propaganda esteja sendo projetado, pode, enfim, se tornar intencionalmente inacessível a todos os meios usuais acaso mobilizados numa dada campanha de propaganda. Mas si, apesar disso, seu filho "prodígio", convenientemente **trabalhado** na escola, se mostra interessado no objeto da propaganda, traz o assunto à baila, em casa, nos serões familiares, dirigindo perguntas aos pais — então será pouco provável que o nosso chefe de família persista em sua impenetrabilidade.

A respeito da probabilidade de se ganhar, em campanhas de propaganda, o interesse dos pais por intermédio dos filhos, testemunhei, certa vez, um fato deveras ilustrativo. Que me relevem mais este depoimento.

A chamada ortografia simplificada, que se tornou oficial no Brasil, pela primeira vez, em 1931, estava sendo aos poucos introduzida nas escolas públicas do país. Quando foi promulgada a Constituição Federal de 16 de julho de 1934, o novo sistema ortográfico já se havia radicado nas escolas públicas do Distrito Federal e de vários Estados, de modo que, então, os alunos recém-matriculados não tinham oportunidade de entrar em contato com as complicações da ortografia usual ou mixta. Aprendiam, desde

o começo, a escrever *ela* com um *l* só, *fato* sem *c* e *fósforo* com *f*.

Promulgada a Constituição de 34, os partidários do antigo sistema ortográfico — os quais, graças ao prestígio do jornalista Paulo Filho, haviam conseguido introduzir, nas disposições transitórias da mesma, o famoso artigo 26, com o mal disfarçado intuito de restituírem o duplo *ph* aos *fósforos* e o *c* ao *fato* — surgiram na arena, tempos depois, com uma interpretação extensiva do referido dispositivo transitório e, apoiados apaixonadamente pela imprensa, ameaçaram de morte a estabilidade da nova ortografia, inclusive nos domínios oficiais, em que ela já se havia transformado em rotina. Houve um movimento de recuo quasi geral. O uso da ortografia mixta foi restabelecido em muitas escolas, especialmente nas do Distrito Federal, onde, naquele momento, predominou a influência de seus ardorosos partidários. Entre êstes, um dos mais exuberantes, combativos e desabusados, pessoa de meu conhecimento, tinha um filho cursando, em escola pública do Distrito Federal, o primeiro ou o segundó ano do *curriculum* primário. Prêsa de seu temperamento incontrolavel, combatia êle a ortografia nova com tal impetuosidade que, em rodas íntimas, costumávamos chamá-lo o inimigo pessoal da ortografia simplificada.

Alguns dias depois que a ortografia mixta, menina de seus olhos, foi restabelecida na escola em que seu filho estudava, o aludido paladino do *ph* foi ao gabinete do Diretor Geral de Estatística do Ministério da Educação, dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas. Como ali me encontrava, partilhei a palestra que houve entre o recém-chegado e o referido técnico. A questão ortográfica, então em pleno foco, logo monopolizou nossa atenção. Com agradável e forte surpresa para o dr. Teixeira de Freitas e para mim — êle por ser o padrinho oficial, eu por ser partidário, da ortografia simplificada — nosso interlocutor, que pouco antes a havia combatido ferozmente em entrevista concedida ao "Correio da Manhã", nos declarou que estava propenso a bandear-se para nosso lado.

— Mas quem me convenceu — explicou êle — foi meu filho, não os *cacógrafos*...

— Como assim? — um de nós lhe perguntou.

— Um dia dêstes — continuou êle — ao voltar da escola, meu filho me perguntou, todo confuso e aborrecido, como é que se deve escrever a palavra *fósforos*. E sem me dar tempo para responder, êle expôs, com ar de desgosto e incompreensão, as razões de sua dúvida: "Papai, eu aprendi a escrever *fósforos* com *f-ó-s-f-o-r-o-s*, como está no meu livro, mas hoje a professora disse que o certo é com *ph* na primeira e na segunda sílaba. — Como é isso, papai? Então a gente pode escrever *phosphoros* com *ph* e pronunciar *fósforos*?"

Para o menino, que nunca tinha tido contato com a ortografia mixta, ao passo que já estava familiarizado com a simplificada, a questão era realmente grave e intrigante. Sua confusão estava perfeitamente justificada. Bastou êsse pequeno acontecimento para mudar a opinião de um espírito exuberante, que até então se recusara, apaixonadamente, a aceitar os argumentos com que filólogos, professores e pessoas amantes da simplificação advogavam a causa do novo sistema ortográfico. Guardei o fato porque êle me impressionou. Conheço a têmpera combativa da referida pessoa. Sei de experiência própria, que ela não só costuma defender, com desusada veemência, seus pontos de vista, como também prefere métodos agressivos para combater as opiniões de que discorda. Trata-se de um desses indivíduos incoordenaveis e impetuosos, com quem não se pode discutir, porque não deixam o contendor falar. De sorte que aquela mudança repentina de opinião, absolutamente imprevista e sincera, se operara à maneira de milagre.

Mais tarde, rememorando o fato, ocorreu-me a idéia de que a escola podia desempenhar papel de insuspeitada importância nas campanhas de propaganda. Hoje estou plenamente convencido de que isso é verdade. Quando tudo falhar — o jornal, o rádio, o cartaz, o folheto, o avulso, a conferência, a tela, o "papagaio" — ainda resta o recurso da escola.

A menos que provem que minha observação é insubstancial, estou convencido de que, em campanhas de propaganda intensiva e extensiva, destinadas a cobrirem todas as camadas da população, é de toda conveniência incluir-se a escola entre os veículos de transmissão da propaganda. Parece-me que, do ponto de vista social, não ha nenhuma contra-indicação, desde

que a propaganda seja educativa, controlada pelo Estado e feita em favor da coletividade. Por outro lado, já que estou advogando a idéia, quero declarar, enfaticamente, que considero monstruosa a utilização da escola, sobretudo da escola primária, em qualquer campanha de propaganda política, ou cujo objetivo, ainda que admissível, seja de natureza utilitarista.

No caso particular do Brasil, onde ainda existe, infelizmente, uma grande percentagem de adultos analfabetos, a propaganda irradiada da ou pela escola oferece a vantagem de alargar consideravelmente o seu âmbito de envolvimento. Desnecessário dizer que os analfabetos são, pela própria condição, inacessíveis a todos os tipos de propaganda transmitidos através da palavra escrita. Desejando propagandizar grupos iletrados, o propagandista é forçado a servir-se exclusivamente da palavra falada. Essa é uma das razões por que se afirma que o rádio trouxe uma nova dimensão à técnica das comunicações entre humanos.

Atendendo-se, porém, a que, no Brasil, o fator distância, a insuficiência de meios de transporte e o relativamente pequeno número de aparelhos de rádio existentes ao longo do país reduzem o alcance da palavra falada, esta, nas condições atuais, não basta para garantir o êxito de uma campanha de envergadura nacional, como a que deve ser feita, agora, em torno do recenseamento de 1940.

Mas si recorrermos à escola, levando a propaganda aos alunos por intermédio dos professores, e à população em geral por intermédio dos alunos, então teremos multiplicado infinitamente o alcance prático da palavra falada. O êxito de tal iniciativa dependerá, totalmente, da qualidade dos instrumentos de propaganda que utilizarmos na escola. Si êstes forem habeis, si conseguirmos captar com êles o interesse real dos alunos, será certo que transformaremos cada menino ou menina que for **trabalhado** em um cooperador.

Na ausência de precedentes em que me possa basear, não estou habilitado a indicar uma técnica segura para ser adotada no preparo dos instrumentos de propaganda destinados às escolas.

Como estamos diante de uma espécie ou modalidade nova de difusão de idéias, julgo que devemos proceder pelo sistema de experimentação, partindo naturalmente do empírico. Pa-

rece-me, entretanto, recomendável, que se dê cunho essencialmente educativo aos instrumentos de propaganda preparados para a escola. A idéia que se queira transmitir deve ser exposta juntamente com ensinamentos práticos, de modo que, mesmo que a propaganda falhe, alguma coisa se aproveite do esforço.

O meio que imagino poderia ser aplicado para assegurar a cooperação da escola numa campanha de propaganda, é simples, viável e barato. Vejamos como poderíamos usá-lo na campanha de propaganda do próximo recenseamento. Descrevê-lo-ei por etapas.

1. A Comissão Censitária Nacional, agindo em nome do Governo da União, poderia facilmente negociar entendimentos com o departamento de ensino de cada Estado, do Distrito Federal e do Território do Acre, conseguindo que êstes órgãos regionais se incumbissem de distribuir às escolas públicas sob sua administração, e às municipais e particulares sob sua fiscalização, o material impresso da propaganda.

2. Pelo seu departamento de publicidade, a Comissão Censitária elaboraria, com a periodicidade que julgasse conveniente (uma vez por semana, ou uma vez por quinzena, por exemplo), pequenas preleções sobre o recenseamento e as distribuiria aos departamentos regionais de ensino, para efeito de redistribuição às escolas.

3. Uma vez de posse desse material, os departamentos de ensino expediriam, em carta, um ou mais exemplares a cada escola. O critério para a determinação do número de exemplares a ser enviado a cada escola seria o número de professores em atividade na mesma.

4. Devidamente orientados por instruções igualmente preparadas pela Comissão Censitária, os professores leriam aos respectivos alunos, em classe, ditas preleções. Cada uma destas levaria, anexas, as instruções da Comissão.

Uma vez engrenado o sistema, a experiência, posteriormente, iria aos poucos indicando as variantes que, de acordo com as condições peculiares de cada Estado, deveriam ser introduzidas no procedimento inicial, afim de eliminar

os movimentos parasitários, acaso revelados pela prática.

No propósito de dar uma idéia sobre o conteúdo das preleções que imagino indicáveis no caso, reünio aqui, em apêndice, um ante-projeto das primeiras preleções, com as quais se daria conhecimento, a todos os alunos das escolas primárias (excluídos naturalmente os jardins de infância), secundárias e normais existentes no país, de que será realizado, em 1940, o quinto recenseamento geral da população do Brasil.

Apesar de que, por incrível que pareça, a redação do aludido ante-projeto apresentou mais dificuldades do que o alinhavamento deste inteiro ensaio, confesso que o resultado obtido está longe de me satisfazer.

O assunto devia ser exposto em linguagem ao alcance do entendimento dos alunos de escola primária, de modo que tive que refazer essas pequenas preleções numerosas vezes, pensando cada período, cada oração e cada palavra. Cumpria, além disso, imprimir-lhes um cunho discretamente dramático, afim de atrair e manter em estado receptivo a atenção dos ouvintes. O ligeiro relato do nascimento de Cristo, exposto na segunda preleção, foi feito com extremo cuidado. Refundi essa parte pelo menos vinte vezes, sem falar nas inúmeras tentativas compostas mentalmente e em seguida, antes de serem escritas, abandonadas por insatisfatórias. A dificuldade estava em relatar aquele episódio bíblico, em que um recenseamento da população tomou parte tão direta, sem incorrer em qualquer dos três seguintes inconvenientes: a) fugir à verdade histórica; b) dar cunho demasiado profano ao relato, hipótese que poderia susceptibilizar inutilmente a maioria cristã; c) criar a impressão de ardil de propaganda religiosa, hipótese que daria ensejo a novos debates entre os que favorecem e os que combatem tal propaganda nas escolas.

PRIMEIRA PRELEÇÃO

Dentro de um ano (*), aproximadamente, haverá um grande acontecimento na história administrativa do nosso amado Brasil. O Governo Federal vai realizar, em 1940, por intermédio do Serviço Nacional de Recenseamento e com a colaboração de todo o povo brasileiro, o quinto

recenseamento geral da população de nosso país.

Que significa, precisamente, um recenseamento geral da população? Recenseamento é uma enumeração ou contagem de todas as pessoas que, em determinado dia, estejam residindo no mesmo país. O último recenseamento geral do Brasil foi realizado no dia 1.º de setembro de 1920. Toda a população brasileira, inclusive os brasileiros que se achavam ausentes do país e os estrangeiros que se achavam residindo ou em trânsito no Brasil, foi enumerada, isto é, contada, pessoa por pessoa, naquela data. Depois de conferidas e somadas, uma por uma, as listas em que haviam sido relacionados, por 18.000 agentes recenseadores, todos os residentes no país, a extinta Diretoria Geral de Estatística anunciou que a população brasileira, no dia 1.º de setembro de 1920, se elevava a 30.655.605 habitantes. Isso quer dizer que, entre homens e mulheres, velhos, moços e crianças, nacionais e estrangeiros, 30 milhões 655 mil e 605 pessoas residiam em nosso país naquele dia.

Apesar de que raramente se fala a respeito dessas contagens gerais de população, o recenseamento está longe de ser novidade. Ao contrário, trata-se de um costume muito antigo. Séculos antes da Civilização Grega já se faziam censos ou contagens gerais de população. Na Sagrada Escritura, por exemplo, ha inúmeras passagens que indicam que as enumerações de população eram frequentes mesmo nos remotos e obscuros dias da Antiguidade. No Novo Testamento encontra-se notícia positiva pelo menos de um recenseamento, o qual ocorreu, por sinal, numa ocasião inesquecível e particularmente grata ao coração do povo brasileiro. Talvez seja interessante contar, resumidamente, a história extraordinária desse recenseamento e do que aconteceu, ha quasi dois mil anos, durante a execução do mesmo.

Dedicarei, pois, a preleção seguinte, que será feita durante a aula da próxima quarta-feira, a essa história extraordinária. Estou certa de que, depois de ouvir o episódio que lhes vou contar, cada um de vocês concordará em que ele é, de fato, um dos mais belos e empolgantes de toda a longa história da humanidade.

SEGUNDA PRELEÇÃO

Vieram preparados para ouvir a história maravilhosa do recenseamento mais memorável de que ha notícia? Pois é a seguinte.

(*) Esta série foi escrita no 1.º semestre de 1939.
(N. da R.)

Ha cêrca de 2.000 anos passados, quando a lendária e conquistadora Roma lançava as bases de seu famoso Império, as províncias da Galiléia e da Judéia, na Ásia Menor, conquanto fizessem parte de um país teoricamente independente, estavam, como tantas outras, sob o domínio militar da insaciavel Cidade Eterna.

Cesar Augusto, primeiro imperador romano, havia ordenado que se fizesse um arrolamento, isto é, um recenseamento geral daquelas províncias. De acôrdo com as ordens expedidas pelos agentes de Cesar Augusto, cada habitante da Galiléia e da Judéia era obrigado a apresentar-se em determinado lugar, num determinado dia, afim de ser incluído no registro geral da população.

Em Nazaré, pequeno e pacato lugarejo da Galiléia, vivia então com sua esposa um modesto carpinteiro. Em virtude de ser descendente do famoso rei e poeta David, o mesmo que, segundo a Biblia, abateu o gigante Golias com uma pedrada de funda, aquele carpinteiro devia ser arrolado, isto é, recenseado ou contado na pequena vila de Belém, na Judéia, pois dali provinham seus antepassados.

Afim de atender à convocação feita por ordem do poderoso imperador romano, o carpinteiro e sua esposa partiram de Nazaré, em dias de um remoto mês de dezembro, com destino a Belém, aonde chegaram, ao fim de longa e penosa caminhada, na noite de 24 daquele mês. Não encontrando acomodações nas casas da pequena vila, que já estavam superlotadas de outros hóspedes igualmente vindos para o recenseamento, e dado o adiantado da hora, o humilde casal de Nazaré se alojou numa espécie de casinha de curral, desguarnecida de paredes, escassamente coberta e que, por sua vez, não estava desocupada. Lá se encontravam seus legítimos moradores — vacas, bezerros, ovelhas e outros animais. Naquela humilde mangedoura, cheia de animais, e naquela mesma noite extraordinária, noite decisiva, que marcou o início do maior movimento religioso do mundo — Jesus Cristo nasceu.

O carpinteiro era S. José. Sua esposa era Maria, a mãe do meigo Nazareno.

Este episódio bíblico e verdadeiro, que dividiu a história da humanidade em duas partes distintas, é aqui lembrado apenas para mostrar que o recenseamento está memoravelmente ligado

ao acontecimento supremo do Cristianismo. Pelo menos aparentemente, Jesus Nazareno nasceu em Belém por causa de um recenseamento.

TERCEIRA PRELEÇÃO

Continuando as nossas preleções sôbre o Recenseamento que se vai realizar no Brasil em 1940, vou explicar hoje qual é a utilidade dessa iniciativa. Sim, para que servem os recenseamentos, a que necessidades atendem essas trabalhosas contagens de todas as pessoas e de todas as coisas importantes de um país?

Elas são realizadas em benefício do povo, isto é, são realizadas para o fim especial de facilitar a solução dos problemas do país. Os poderes públicos têm a missão tradicional de organizar e manter os serviços de interesse coletivo, quer dizer, os serviços que ajudam a todas as pessoas. No Brasil, por exemplo, os governos da União, dos Estados ou das Prefeituras, mantêm os Correios e Telégrafos, milhares de escolas, como a nossa, as principais estradas de ferro e companhias de navegação, fazem estradas de rodagem, embelezam e saneiam as nossas cidades, cuidam da saúde do povo nos hospitais. Além dêsses ha muitos outros serviços públicos cuja existência se torna indispensavel ao bem estar da população.

Afim de desempenhar inteligentemente essa missão de zelar pelos interesses populares, o governo de cada país bem organizado precisa de conhecer, relativamente à gente que habita a sua terra, aquilo que nós vamos agora apurar quanto à nossa, ou seja, em primeiro lugar, o número de habitantes, isto é, quantos são, e em seguida muitas outras informações indispensaveis, tais como: a ocupação de cada pessoa; o número de homens e o de mulheres; a idade, para a gente saber quantas crianças existem precisando de escolas, quantos já são grandes; onde é que toda essa gente mora, si nas Capitais, nas cidades ou na roça; quem sabe e quem não sabe ler e escrever; quantas pessoas são casadas e quantas são solteiras e si nasce muita gente em nosso querido Brasil, de maneira que a população brasileira aumente sempre, para ocupar todas essas nossas terras que até agora têm tão poucos lavradores.

Para que todos tenham escolas e hospitais e outros serviços necessários, é preciso que o

Governo conheça tudo isso sobre a população. Mas vocês sabem que tudo muda muito. Todo dia nasce gente e morre gente, os navios e os trens levam pessoas para fora e trazem outras, de maneira que a população está sempre em movimento. Quando nasce uma pessoa, ou quando morre alguém, isso é anotado nos cartórios do Registro Civil, de modo que é fácil a gente saber, mais ou menos, o número de nascimentos e falecimentos ocorridos em cada mês; já o movimento dos que embarcam ou chegam, é mais difícil. Para que o nosso Brasil saiba sempre qual é o número de habitantes do seu território, é preciso fazer esses recenseamentos de vez em quando. Agora, ha uma lei que manda fazê-los de 10 em 10 anos. Vamos ter êste de 1940 e o próximo será em 1950, quando vocês todos terão mais dez anos de idade e talvez outros irmãozinhos menores, que virão aumentar o povo brasileiro.

Como vocês vêem, todo mundo compreende logo como é util fazer um Recenseamento. Quando nós soubermos o número de habitantes que o Brasil tem agora, todos vão ficar satisfeitos porque, desde 1920, última vez em que nós fomos contados, o Brasil cresceu muito. E continuará sempre assim, para ser uma das maiores nações do mundo.

QUARTA PRELEÇÃO

Hoje tratarei de um assunto de casa, para dar a vocês um exemplo da grande utilidade dos recenseamentos.

Tomemos o caso da educação. Educação, geralmente, é um serviço que compete aos poderes públicos. É a Prefeitura Municipal, ou é o Governo do Estado, ou então o Governo Federal que, em nosso País, distribue a instrução primária, criando e mantendo, para isso, escolas normais, escolas primárias, grupos escolares, etc. Tais estabelecimentos de ensino público devem ser creados e mantidos em número suficiente para que todos os jovens e crianças existentes dentro dos limites de determinada circunscrição administrativa possam ter, no devido tempo, as vantagens da instrução.

Como conseguiriam os poderes públicos saber quantos estabelecimentos escolares são necessários neste ou naquele município, sem conhecer, antes, quantas crianças em idade escolar existem ali? Como determinar a capacidade de

uma escola ou grupo escolar, o número e tamanho das salas de aulas, sem saber, previamente, o número provavel de crianças existentes dentro da área a que a escola ou o grupo escolar seja destinado?

No que diz respeito à difusão da instrução primária, o ideal é que haja escolas para todos em toda parte do País. Para que êsse ideal possa ser atingido, é preciso que, antes de mais nada, os poderes públicos saibam quantos meninos e meninas necessitam no presente, ou vão necessitar no futuro próximo, de assistência escolar. O recenseamento, geral ou parcial, é o único meio de que o poder público dispõe para ficar sabendo quantas crianças existem em cada município, em cada Estado e, finalmente, em todo o País.

Neste caso particular da educação, os resultados dos recenseamentos são igualmente uteis aos chefes de família. Por exemplo, o filho do cidadão Tal, rapaz de 19 anos, precisa de escolher uma carreira, pois acaba de completar o curso secundário. Que profissão lhe convirá mais? Médico? Engenheiro? Advogado? Químico industrial? Qual dêstes cursos superiores lhe oferecerá, daqui a cinco ou seis anos, maiores probabilidades de uma boa e rendosa colocação, que compense os anos de estudo?

É evidente que, si o cidadão Tal soubesse quantos médicos, quantos hospitais, qual o índice de morbidade, quantos engenheiros, quais as tendências das construções civis, quantos advogados, quantas judicaturas, quantas promotorias, quantos químicos industriais e quantas empresas manufactureiras ha no País, ser-lhe-ia relativamente facil escolher para o filho, dentre muitas, a profissão que oferecesse maiores probabilidades na vida prática.

E aqui volto a mencionar o recenseamento, único meio de reunir informações seguras, exatas, precisas sobre questões como as que acabo de enumerar, questões cujo conhecimento ajuda o homem moderno a orientar-se no conflito das competições, habilitando-o a planejar a sua vida, ao invés de vivê-la passivamente, como um vencido, ou cegamente, como um irresponsavel.

Exemplos como êsses, que demonstram acima de quaiquer dúvidas ou chicanas, as vantagens trazidas às comunidades humanas pelos recenseamentos periódicos, poderiam ser citados aos milhares.

QUINTA PRELEÇÃO

Já vimos que os recenseamentos desempenham um papel muito importante em relação à escola. Já sabemos, igualmente, que as informações censitárias podem exercer influência benéfica na escolha das profissões, que é, cada vez mais, um dos graves problemas da vida moderna. Orientado pelos resultados dos recenseamentos, um chefe de família pode escolher com mais felicidade e segurança as carreiras profissionais para seus filhos.

Mas a utilidade dos recenseamentos é demonstrada aqui mesmo, entre nós, na vida escolar. É fácil de provar isso.

Grande parte dos conhecimentos ao alcance da inteligência humana consiste em informações numéricas, isto é, em noções expressas em algarismos, muitas das quais são impossíveis de obter a não ser por meio de recenseamentos. Nos compêndios de geografia, por exemplo, ha informações sobre os diferentes países do mundo suas capitais e suas cidades principais, seus rios, lagos, ilhas e demais acidentes naturais, bem como sobre os produtos, as fábricas, o trabalho na lavoura, o comércio de mercadorias, etc. Entre essas informações, aquelas que, em regra, aparecem em primeiro lugar, justamente porque são consideradas mais importantes, são as do número de habitantes, tanto do país como da respectiva capital e das cidades principais.

E vocês sabem porque, entre as cidades de um país, umas são destacadas como principais? Exatamente porque têm maior população. comércio mais importante, etc. Ora, como já expliquei, só se sabe que uma população é grande porque se contam os seus habitantes de um a um, assim como só se tem certeza de que um comércio é importante porque são registrados o volume e o valor das mercadorias compradas e vendidas no mesmo. Assim, pois, as informações numéricas que vocês vêem nos livros são sempre baseadas em recenseamentos. Os recenseamentos são os nossos grandes mestres.

Si sabemos, por exemplo, que em 1930 a população dos Estados Unidos da América do Norte era de 122 milhões, 775 mil e 46 habitantes, é porque, naquele ano, se fez ali um recenseamento geral. Si sabemos que o Brasil é o país mais populoso da América do Sul, devemos êste conhecimento aos resultados de recenseamentos

gerais. E assim a respeito de outras coisas que continuarei explicando a vocês noutras preleções.

SEXTA PRELEÇÃO

Em setembro de 1920, quando ainda não existia nenhum de vocês, a população de nosso país se elevava, como já sabemos, a 30.655.605 habitantes.

Desde então, e como sempre, a população do Brasil tem aumentado consideravelmente. Espalhadas pelo Brasil afora, ha milhares de outras escolas cujos alunos e alunas também não foram contados. Fora da escola, o número de jovens e crianças, que não existiam em 1920, é presumivelmente muito maior. Além disso, quantas pessoas terão falecido no Brasil, quantas terão entrado em nosso país, quantas terão dêle saído desde o dia seguinte ao do recenseamento de 1920? Milhões de indivíduos que figuraram naquele recenseamento não figurarão no de 1940, porque morreram ou saíram do país. Milhões e milhões de pessoas que vão figurar no próximo recenseamento, não foram contadas no de 1920, porque ou ainda não existiam, ou ainda não residiam no Brasil. Num país jovem e rico de recursos como o nosso, o processo de crescimento da população é vigoroso e duradouro. E ainda que a população deixasse de crescer, sempre haveria a sucessão das gerações, decorrente do falecimento de uns e do nascimento de outros. Normalmente, a população de qualquer país é um vasto agrupamento que varia de número a cada minuto que passa.

Quantos seremos em 1940? Esta é a grande, a palpitante questão do momento. Cabe a cada um de nós, que nos prezamos de ser bons brasileiros, o dever imperativo de contribuir para que essa pergunta seja bem respondida no momento oportuno. Assim como temos deveres para com nossos pais e parentes, para com nossos colegas e semelhantes em geral, assim também temos deveres sagrados para com a Pátria. Entre os deveres que temos para com o Brasil, um dos mais facéis de ser cumpridos, e que nós devemos começar patrioticamente a cumprir desde já, é precisamente o de concorrer, nos limites de nossas forças, para que o próximo recenseamento, que vai custar tanto esforço, seja convenientemente realizado, isto é, seja realizado em todo o país, em toda cidade, em todo povoado, em toda fazenda, em todo sítio, em todo rancho, em toda

habitação, "do palácio à choupana", de modo que, uma vez terminada a grande tarefa, possamos saber com absoluta certeza quantos somos e o que somos como habitantes desta terra abençoada. Ser brasileiro já é um alto privilégio. Ser brasileiro e saber qual é o saldo ativo do Brasil, apurado mediante a realização de um balanço geral, pois o recenseamento não é outra coisa senão um balanço do país, é um privilégio redobrado. O recenseamento de 1940 vai trazer a todo o povo brasileiro novos e infinitos motivos para que mais nos orgulhemos do Brasil e mais confiemos no seu futuro grandioso. O recenseamento em projeto vai criar uma nova consciência nacional, porque nos vai convencer, a nós e ao resto do mundo, de que o Brasil, pela sua grandeza continental e pelos seus recursos, pela sua crescente população e pelos horizontes infinitos de progresso que se lhe abrem, está destinado a ser um dos países mais ricos e importantes do mundo.

SÉTIMA PRELEÇÃO

Como poderia cada um de vocês trazer a sua contribuição pessoal para o bom êxito do recenseamento de 1940? Nada mais simples. Bastará, por enquanto, que cada um, em casa, fale no recenseamento, chame a atenção dos pais, parentes e amigos para o importante acontecimento que está sendo cuidadosamente preparado e que deverá ser realizado no ano que vem. Procurem tornar conhecida esta notícia, leiam o que os jornais publicarem a êsse respeito, esforcem-se por atrair interesse para o recenseamento. Essa valiosa e fácil contribuição é pedida a todos os alunos desta escola pelas altas autoridades da República. O Brasil pertence muito mais às novas do que às velhas gerações.

Vocês que hoje se sentam nos bancos das escolas primárias terão o privilégio de alcançar um Brasil muito mais desenvolvido e organizado que o Brasil atual. Imaginemos só o que será o Brasil no ano 2.000, daqui a 60 anos! Como professora e amiga, eu também lhes peço, muito e muito encarecidamente, que não deixem de propagar, de agora em diante, em casa e na casa dos amigos, a notícia de que o Brasil, em 1940, vai recensear a sua população e dar um balanço geral de suas coisas. Convençam-se em primeiro lugar e, em seguida, procurem convencer quantos vocês puderem, de que contribuir em benefício do recenseamento é contribuir certamente para o engrandecimento da nossa Pátria.

Um bom meio, talvez, de "puxar" conversa sobre o recenseamento e de chamar a atenção para o mesmo seria fazer perguntas como estas:

QUANTOS HABITANTES TEM O BRASIL?

Quantos seremos em 1940? Quantos habitantes tem o Brasil mais do que Portugal? Quantas vezes a população do Brasil é maior do que a da Argentina? Qual será a população d'êste Estado? Quantas pessoas moram nesta cidade? Será verdade que a população do Brasil representa 50% da população da América do Sul?

E acrescentar, depois de fazer qualquer destas perguntas: "Ninguém sabe. Só depois do recenseamento de 1940 é que qualquer um poderá saber."

Uma vez estabelecida a conversa sobre o recenseamento, a hora é oportuna para dizer que todo bom brasileiro tem o dever de concorrer para que o recenseamento seja vitorioso.

RECUSAR INFORMAÇÕES AOS AGENTES DO SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO É O MESMO QUE RENUNCIAR À PÁTRIA.